



Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Educação de Jovens e Adultos
Campus Nilópolis

Tiago da Silva Lyra

**O uso do aplicativo IBGE como recurso em turmas de EJA em uma
escola municipal de Nova Iguaçu**

Nilópolis/RJ

Janeiro/2018

Tiago da Silva Lyra

**O uso do aplicativo IBGE como recurso em turmas de EJA em uma
escola municipal de Nova Iguaçu**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos

Orientador: Prof. Dr. Jupter Martins de Abreu Júnior

Nilópolis/RJ

Janeiro/2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, meus pais Walmir e Alcione, que com muita luta e dedicação possibilitaram a minha caminhada até este momento.

À minha mulher Larissa, que sempre esteve ao meu lado compreendendo e me apoiando em todas as dificuldades que enfrentei.

À minha filha Úrsula, melhor presente que poderia ter recebido.

Ao prof. Dr. Jupter Martins, meu orientador e maior incentivador, e a todos os professores da Pós-graduação em EJA pelas aulas, discussões, debates em sala de aula que nos proporcionaram momentos únicos durante esta formação.

Aos Bons da EJA, grupo formado pelos alunos que se tornaram meus amigos mais próximos durante o período de curso: Luana Machado, Alcicléa Santos, Ana Cláudia, Antônio Lima e Anselmo Saldanha. Amigos, a luta é diária! Estaremos sempre juntos.

Enfim, agradeço a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente desta grande jornada.

LYRA, Tiago da Silva. *O uso do aplicativo IBGE como recurso em turmas de EJA em uma escola municipal de Nova Iguaçu*. 20p. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2018.

RESUMO

Vivemos em um mundo em que tudo gira em torno de tecnologias. Em qualquer lugar nos deparamos com informações que são processadas e compartilhadas em tempo real por meio das mídias digitais. O presente artigo aborda o uso dessas tecnologias na educação, além da instituição do ensino de jovens e adultos no Brasil de maneira a relacionar essa instrução ao uso das geotecnologias disponíveis para a disciplina de Geografia. Inserido neste contexto, o objetivo é analisar os impactos da utilização do aplicativo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) na aula de Geografia em turmas da 7ª fase da EJA. Sua justificativa apoia-se na importância da inserção de novos recursos tecnológicos que dinamizam e dão significado aos conteúdos de Geografia aprendidos em sala de aula, de modo a formar cidadãos críticos e autônomos. Será apresentado um breve histórico e caracterização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) além de destacar o papel da Geografia e o uso de recursos tecnológicos, em particular: o celular, nas aulas da disciplina. A “juvenilização” da EJA e a ausência de políticas governamentais expõem alguns dos problemas enfrentados na realização desta pesquisa, assim como as tecnologias podem ameniza-las, além de refletir o papel da escola, do professor e do governo na promoção de uma educação democrática menos excludente que esteja em acordo com uma sociedade na “Era da Informação”.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Geografia, Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação

LYRA, Tiago da Silva. *O uso do aplicativo IBGE como recurso em turmas de EJA em uma escola municipal de Nova Iguaçu*. 20p. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2018.

ABSTRACT

We live in a world where everything revolves around technologies. Anywhere we come across information that is processed and shared in real time through digital media. This article discusses the use of these technologies in education, as well as the institution of teaching of youths and adults in Brazil in order to relate this instruction to the use of available geotechnologies for the discipline of Geography. In this context, the objective is to analyze the impacts of the use of the IBGE application (Brazilian Institute of Statistical Geography) in the class of geography in classes of the 7th phase of the EJA. Its justification is based on the importance of the insertion of new technological resources that dynamize and give meaning to the contents of Geography learned in the classroom, in order to form critical and autonomous citizens. A brief history and characterization of Youth and Adult Education (EJA) will be presented, as well as highlighting the role of Geography and the use of technological resources, in particular: the cellular, in the classes of the discipline. The "youthization" of the EJA and the absence of government policies expose some of the problems faced in the realization of this research, just as technologies can soften them and reflect the role of the school, teacher and government in promoting a democratic education less exclusive relationship that is in agreement with a society in the "Information Age".

Keywords: Youth and Adult Education, Geography Teaching, Information and Communication Technologies

1. INTRODUÇÃO

Sou formado em licenciatura e atuo como professor de Geografia há alguns anos. Atuo nas etapas da educação básica (ensino fundamental e médio) tanto em escolas públicas quanto particulares. Ao longo da minha prática docente venho percebendo a transformação do ensino-aprendizagem, considerando assim a necessidade de reformulação das aulas de maneira a dar significado aos conteúdos propostos pela minha disciplina. Além disso, tenho visto grande desinteresse por parte dos alunos pelas aulas o que me levou a repensar a minha prática e a buscar novos recursos metodológicos.

Nesse sentido, alio-me a Macêdo, Melo e Silva (2012) quando os autores dissertam que “desenvolver uma prática transformadora faz parte da práxis do professor que está intimamente relacionada a sua formação constante e postura política, numa perspectiva crítica-reflexiva” (p. 140).

A minha pergunta central esteve voltada em compreender o papel das tecnologias em sala de aula, como e quando elas podem ser usadas e se realmente contribuem para o ensino de Geografia. Assim busquei a análise de um aplicativo do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) como instrumento para verificar se essa ferramenta contribui para tornar o ensino da Geografia mais significativo, de maneira a aproximar o conteúdo com a vivência do aluno, entendendo assim os efeitos da utilização desses aplicativos no contexto educacional.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos da utilização do aplicativo na aula de Geografia da 7ª fase da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os objetivos específicos são: a) apontar os benefícios do uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) para aprendizagem escolar; b) identificar as alternativas do uso do smartphone como ferramenta pedagógica; c) mostrar o papel do aplicativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como recurso didático; d) verificar a eficácia do aplicativo nas turmas de 7ª fase a fim de entender se ele realmente contribuiu para um aprendizado significativo.

Como contexto de estudo, utilizei uma escola localizada em Nova Iguaçu, município da baixada fluminense, onde atuo como professor. A 7ª fase¹ tem 30 alunos

¹ A 7ª fase da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de Nova Iguaçu corresponde ao 7º Ano do Ensino Regular.

no total, com idade entre 15 e 25 anos, sendo que a maioria deles são nativos digitais². Esses dados evidenciam um processo de “juvenilização” da EJA, que passou a atender adolescentes, provavelmente oriundos de escolas regulares, por uma série de motivos, como o processo de reprovação ou evasão para inserir-se na EJA, conforme preconiza Oliveira, 2016

“Os alunos e alunas adolescentes que começam a migrar para a EJA são frutos de um sistema educacional, que absorve as assimetrias sociais ainda muito fortes em nosso país e, portanto, não vem dando conta de garantir a aprendizagem de todos e todas na idade certa.” (OLIVEIRA, 2016, p.2)

Tal realidade evidencia a fragilidade do atendimento escolar, posto que não se trata de uma questão de cunho cultural como no passado, quando se considerava suficiente a habilidade para a leitura, escrita e cálculo, o que caracterizava a demanda de educação de adultos, tanto analfabetos, como com baixa escolaridade. Estamos diante de um público que traz experiências escolares malsucedidas e resultado de um contexto histórico de privação de direitos básicos.

Quando ingressam na EJA, estes adolescentes normalmente ficam desmotivados, desencantados com a escola regular apresentando com frequência comportamento transgressor, sendo, portanto, vistos como problemáticos. Estes discentes supostamente ocupam o espaço destinado ao aluno adulto e trabalhador, que demonstra interesse pelo estudo, sendo estes aceitos, ao passo que o adolescente muitas vezes desobedece essa lógica, “atrapalhando” assim o bom andamento dos processos escolares.

Carrano (2007) diz que tais aspectos relativos à presença do jovem, são incipientes no campo da EJA, e para enfrentar esse desafio de “juvenilização da EJA”, deveríamos buscar alternativas para a produção de espaços culturalmente significativos para atendimento dessa diversidade de sujeitos jovens – não apenas alunos. Estes aspectos propiciam a reflexões sobre quem são esses sujeitos, por que ingressaram na EJA e como desenvolver com estes discentes um trabalho que atenda de forma mais adequada suas especificidades.

A prática da EJA ocorre durante à noite, atendendo indivíduos que trabalharam o dia todo e/ou que não fizeram o ensino regular no tempo determinado por motivos diversos.

O aplicativo escolhido foi o do IBGE, criado por esse órgão e tem como finalidade disseminar as informações de indicadores econômicos, dados censitários,

² Termo criado pelo Norte americano Marc Prensky que representa aquele que nasceu e cresceu com as tecnologias digitais presentes em sua vivência.

índices de preços e notícias das atividades da instituição para os cidadãos brasileiros. Funciona em modo offline nas plataformas Android³ e IOS⁴, podendo ser baixado diretamente no playstore. Este aplicativo foi selecionado pela facilidade de acesso as informações, além de ser possível o desenvolvimento de um trabalho acerca de conceitos como população e espaço geográfico. Com relação ao conceito de paisagem, o aplicativo se torna diferencial à medida que contribui para a percepção e identificação das características da população brasileira, assim como do município o qual esses alunos residem. A temática paisagem é trabalhada ao longo de um bimestre facilitando o uso desse aplicativo em mais de uma aula, além de possibilitar o desenvolvimento de atividades diferenciadas.

Essa pesquisa se justifica por conta da importância da inserção de novos recursos tecnológicos que dinamizam e dão significado aos conteúdos de Geografia apreendidos em sala de aula, de modo a formar cidadãos críticos e autônomos. Além disso, a modalidade EJA sofre enorme dificuldade no cotidiano escolar com a evasão e o cansaço dos alunos, suscitando mais uma vez mais uma vez demonstrando a necessidade de uma revisão no processo de ensino-aprendizagem. Assim:

a Geografia enquanto disciplina escolar contribui para a formação dos indivíduos, para o aprofundamento do pensamento crítico e a participação ativa na sociedade, de modo que seja possível compreender o mundo em toda a sua complexidade. Esses objetivos, porém, só são alcançados quando se desenvolve uma prática de ensino problematizadora e transformadora, capaz de despertar no aluno o interesse para aprender e aplicar a Geografia no seu cotidiano, possibilitando alguma transformação no seu modo de vida, sobretudo melhorando sua condição atual (MACEDO, SILVA e MELO, 2012, p.139)

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Ventura (2001), a origem e o desenvolvimento da educação de jovens e adultos se direcionou primeiramente ao atendimento dos subalternizados da sociedade, ou seja, da classe trabalhadora, e no decorrer do tempo esse ensino aconteceu em paralelo ao sistema regular de ensino. De acordo com a autora, uma grande parcela da população foi e ainda é excluída, intensificando ainda mais o aspecto classista da sociedade brasileira.

Entende-se que o ensino de jovens e adultos possui suas particularidades, principalmente na apreensão do conhecimento, já que esses indivíduos se encontram

³ <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.ibge>

⁴ <https://itunes.apple.com/br/app/ibge/id1046974846?mt=8>

envolvidos com o mercado de trabalho. De acordo com Freire (2000, *apud* BARRETO e NETO, 2015) a escola deve privilegiar a atuação ativa e dinâmica do estudante trabalhador no espaço escolar. Assim o indivíduo deve ser independente, buscando formar o seu próprio conhecimento, mediante a curiosidade e o interesse pelo conteúdo, ficando por conta da escola e do professor intermediar esse processo. Ainda pelas contribuições de Freire (2000, *apud* BARRETO e NETO, 2015), a maneira como se dá a educação na EJA deve considerar as experiências anteriormente vividas, os propósitos pessoais na construção da formação dos saberes e anseios do mundo do trabalho.

Para Haddad e Di Pierro (2000), foi apenas ao findar da década de 1940 que a educação de jovens e adultos veio a se consolidar como uma problemática de política nacional “que se efetivaram a partir da necessidade de qualificação e diversificação da força de trabalho” (VENTURA, 2001, p.1). A partir do plano nacional de educação estabelecido na Constituição de 1934, o ensino primário passou a ser integralmente gratuito, de frequência obrigatória e deveria ainda abarcar o ensino de adultos.

Haddad e Di Pierro (2000) relatam que, no decorrer do tempo, foram sendo criados serviços que tinham por intuito atender as demandas do ensino de adultos de modo a proporcionar uma infraestrutura nos estados e municípios. Desta forma, houve um compartilhamento da responsabilidade deste ensino por parte de órgãos públicos e organizações societárias.

Com a consolidação da industrialização no Brasil, surgiu a necessidade de alfabetizar e qualificar a mão-de-obra, que só era possível por meio da alfabetização de jovens e adultos, e coube à União assumir a responsabilidade por esse ensino (VENTURA, 2001).

Ventura (2001) ressalta ainda que na década de 1960 a educação de jovens e adultos se encontrava dividida em dois pontos distintos, sendo eles: um onde se entendia a educação como orientadora da consciência nacional e operacionalizadora de modificações político-sociais intensas na sociedade brasileira; outro ponto era a de que essa educação servia como organizadora de recursos humanos para o serviço na industrialização, modernização da agropecuária e expansão dos serviços.

Como em muitas outras esferas, a educação passou por avanços e retrocessos no período da ditadura militar. Houve então a regulamentação da Lei n. 5.692/71, que marcou o início de uma legislação particular no ensino de jovens e adultos, na distinção entre ele e o ensino regular (básico e secundário), destacando ainda a imprescindível formação de professores, inerentes a essa educação (VENTURA, 2001).

Por fim, Ventura (2001) disserta que a educação de jovens e adultos a partir das décadas de 1980 e 1990 ficou restrita a um local secundário, no âmbito das políticas públicas do Ministério da Educação e de Cultura (MEC). Com isso, não houve uma preocupação com a eficiência desta educação, esvaziando-a de seus objetivos, sem possibilidade de contestação e erradicação da baixa escolaridade da população economicamente ativa (PEA).

Observa-se, assim, que o ensino fundamental de jovens e adultos perde terreno como atendimento educacional público de caráter universal, e passa a ser compreendido como política compensatória coadjuvante no combate às situações de extrema pobreza, cuja amplitude pode estar condicionada às oscilações dos recursos doados pela sociedade civil, sem que uma política articulada possa atender de modo planejado ao grande desafio de superar o analfabetismo e elevar a escolaridade da maioria da população (HADDAD e PIERRO, 2000, p.127)

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por uma nova percepção da EJA, sendo ela de caráter heterogêneo, fragmentado e complexo, mais uma vez voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades de modo individual, buscando a ocupação do mercado de trabalho, afim de que o aluno se torne um empregado.

A modalidade EJA tem como objetivo formar cidadãos para atuarem na sociedade, resgatando um direito que na vida lhes foi negado. Também supõe uma qualificação para os docentes atuarem com essa modalidade de ensino, se tornando assim uma lei federal, um dever do estado afirmando sua obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todos os brasileiros que foram marginalizados ou excluídos da escola na sua idade própria. Desta forma segundo a Lei nº 9.394/1996 no título V, Capítulo II, seção v, art.37; parágrafo 1º e 2º a educação de Jovens e adultos é direcionada para as pessoas que não frequentaram a escola na idade regular e o ensino será gratuito (BRASIL, 1996).

2.1. O papel da Geografia, do professor e o uso de aplicativos

A Geografia possui conceitos básicos como território, espaço, lugar, etc. Dessa maneira, é importante o entendimento do lugar vivido, pois este é concreto, familiar, demarcado e onde acontecem as práticas sociais específicas e fundamentais para a construção da vida e da sociedade.

Para Dambros e Cassol (2011), a Geografia enquanto componente curricular tem por finalidade trabalhar com os estudantes a interpretação do mundo, destacando a interação sociedade e natureza, já que o espaço traduz-se em um produto histórico, fruto

das muitas modificações suportadas ao longo dos anos, e essa postura se apresenta nos parâmetros curriculares nacionais (BRASIL, 1999) quando os mesmos abordam que a Geografia trabalha com imagens, recorre a diferentes linguagens na busca de informações e como forma de expressar suas interpretações, hipóteses e conceitos. Procede daí a necessidade de utilização da cartografia e de outros recursos pedagógicos/tecnológicos para a significação desta disciplina.

Salienta-se a importância do conhecimento cartográfico para a localização e representação dos diversos fenômenos materializados no espaço. Ao conhecer e entender a forma como o espaço se organiza a partir da leitura de um mapa, o aluno pode adquirir um olhar crítico frente à realidade, obtendo autonomia no pensar e tornando-se agente transformador do seu espaço de vivência (DAMBROS e CASSOL, 2011, p.2)

Mediante o exposto, Macêdo, Silva e Melo (2012) abordam que a Geografia, como ciência, deve compreender as relações existentes entre a sociedade e a natureza, e como disciplina escolar deve agir de maneira a preparar os alunos para agir na sociedade, aspirando a necessidade de assistência e modificação da mesma.

As mudanças ocorrem em uma velocidade muito intensa, principalmente as movidas pela tecnologia, e a escola tem um papel fundamental neste momento, pois é instrumento de modificação social e formadora de indivíduos que devem ponderar constantemente as suas práticas de modo a incorporar essas transformações tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem (MACÊDO, SILVA e MELO, 2012). Com isso, Barreto e Neto (2015) apontam que a sociedade atual possui um forte fluxo de informação. Como complemento, verifica-se que a contínua progressão tecnológica auxilia no acesso da sociedade aos diversos instrumentos tecnológicos disponíveis.

Segundo Dambros e Cassol (2011), deve ser destacado o papel da educação no atual mundo globalizado, onde as notícias são partilhadas e divididos com o resto do globo de maneira rápida, e em conjunto com as tecnologias da informação e comunicação, visando assim ser um estímulo ao processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o uso destas tecnologias diversifica a prática pedagógica, proporcionando que a aula seja ministrada de maneira distinta e significativa. Porém, no ensino de Geografia essa dinâmica ainda não é tão usual.

No âmbito escolar, a utilização do telefone celular é uma temática que tem recebido relevância por sua capacidade tecnológica e atrativa. Inserido nesse contexto, Pretto (1999, *apud* BARRETO E NETO, 2015) ressalta que numa sociedade de comunicação difusa ou em teia, que forma alunos desejosos pela inclusão tecnológica e

digital no ambiente escolar, tendo o professor que se qualificar e se renovar não desconsiderando os novos recursos tecnológicos.

Para Ferreira (2009, *apud* BARRETO E NETO, 2015) a utilização dos telefones celulares proporcionam o desenvolvimento de aptidão no uso de conteúdos digitais e o cumprimento de tarefas básicas na era digital. O emprego dos recursos digitais pelos estudantes é inevitável, com isso a escola necessita produzir novas estratégias que desenvolvam o uso destes em prol das suas atividades, contudo essas tecnologias devem ser usadas com finalidades específicas. Por isso, Dambros e Cassol (2011) acrescentam que a tecnologia que está presente no dia-a-dia dos alunos, não pode ser vista somente como instrumento para brincar, contudo serve para aprender. Com isso, evidencia-se o papel do professor como mediador do aluno com a tecnologia/informação contribuindo para que os educandos estimulem a capacidade de fundamentar relações, problematizar e conferir significado aos novos conhecimentos.

De acordo com Barreto e Neto (2015), a utilização do recurso móvel na EJA deve estar centralizada no aprendizado pessoal e interdisciplinar. Nesse contexto, assim, a construção da opinião crítica do alunado, considerando-se este sujeito como fundamental ator no processo de ensino e aprendizagem, já que a educação de jovens e adultos mostra aspectos específicos.

Assim, para Barreto e Neto (2015), ao utilizar os dispositivos acessíveis para uma geração que já nasceu cercada de novas tecnologias, o seu uso tende a ser mais fecundo e eficaz, tendo em vista que produz e reproduz as mídias. Desta forma, elas são mais acessíveis e compreendidas, e deve-se entender também que o uso destas tecnologias feito de forma inapropriada pode interferir negativamente no aproveitamento dos alunos. Por isso, é tão importante ter objetivos específicos e bem delimitados, para produzir uma interação entre os alunos e proporcionar um processo de ensino-aprendizagem eficaz. Para isso Macêdo, Melo e Silva (2012) dissertam que o uso das geotecnologias⁵ auxilia na apreensão e aperfeiçoamento do conhecimento geográfico, por ser uma ferramenta didática com distintas funções e de fascinação por parte dos alunos. Ajudando a tornar as aulas mais arrojadas, na construção da cidadania, a partir da inserção digital.

⁵ Segundo Fitz (2008 *apud* Macêdo, Melo e Silva, 2012) as geotecnologias são as novas tecnologias ligadas às geociências e correlatas, as quais trazem avanços significativos no desenvolvimento de pesquisas, em ações de planejamento, em processos de gestão, manejo e em tantos outros aspectos relacionados à estrutura do espaço geográfico.

Segundo Dambros e Cassol (2011), ao introduzir as novas tecnologias na prática pedagógica de Geografia, salientando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), elas consentem com a junção de conhecimentos tecnológicos e geográficos de maneira entrelaçada e participativa, procurando a conexão entre o ensino e a aprendizagem relevante.

Assim, de acordo com os autores (DAMBROS; CASSOL, 2011), é importante destacar nas escolas uma prática pedagógica da Geografia que seja intercalada pelas TICs, na qual os estudantes se apoderam destes instrumentos para posicioná-los a serviço da construção do educando como cidadão consciente, crítico e autônomo. Corroborando essa premissa, Macêdo, Silva e Melo (2012) argumentam que as novidades nos ambientes escolares produzem reações positivas aos processos de ensino e aprendizagem e isso já seria o suficiente para a implementação destas ferramentas tecnológicas em sala de aula.

Dambros e Cassol (2011) também alegam ser fundamental que os professores de Geografia usem as tecnologias de informação e comunicação como instrumento adicional na verificação, análise e leitura de mundo. As tecnologias fazem o aprendizado mais significativo já que se introduzem na dinâmica econômica, social e tecnológica atual, estando intrinsecamente correlacionada com a maneira de visualizar o mundo, de apreender novos conceitos e receber informações. Assim, é importante que essas novas tecnologias sejam aptas a superar os estímulos impostos à ciência e que sejam pertinentes para se criar uma leitura do espaço geográfico. Macêdo, Melo e Silva (2012) ratificam que é necessário que as aulas de Geografia possuam significação e agucem o interesse dos alunos, de maneira a conectar a teoria e a prática, conseguindo então transpor o conhecimento para o contexto social, entendendo que o que se apreendeu faz parte da realidade e não é só algo abstrato.

3. METODOLOGIA

O presente estudo exploratório se baseou no uso das TICs, e tomou como estratégia o aplicativo IBGE, se constituindo então uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo. A opção por uma pesquisa qualitativa foi realizada devido ao fato de que esta escolha proporciona um estudo mais adequado, além da possibilidade do uso da criatividade na formulação de métodos para a obtenção de dados. Dessa forma:

“A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia [...] considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de

pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques...” (GODOY, 1995, p.21)

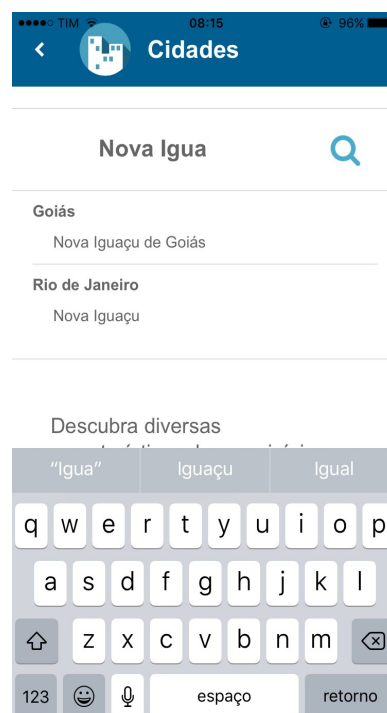
Foram escolhidos três critérios de seleção que possibilitassem a inclusão de pelo menos duas turmas da Educação de Jovens e Adultos que cursavam o primeiro semestre do período letivo de 2017, na disciplina de Geografia: ter o dispositivo móvel; acesso à internet (móvel ou fixa); e a assiduidade nas aulas. Seleccionadas as turmas para a aplicação do trabalho, o primeiro momento iniciou-se com a utilização do caderno e da apostila. Foram apresentados os conceitos e conteúdos referentes às dinâmicas espaciais geográficas no Brasil, como: população, território, organização do espaço, clima, relevo, entre outros. Depois do primeiro bimestre, no segundo momento foi introduzido o aplicativo IBGE, apresentando aos alunos sua interface (figuras 1 e 2), demonstrando também todo o procedimento que deveria ser feito desde a localização até o download e execução do mesmo.

Figura 1 – Interface do aplicativo



Fonte: Celular do autor do artigo.

Figura 2 – Tela de busca do aplicativo



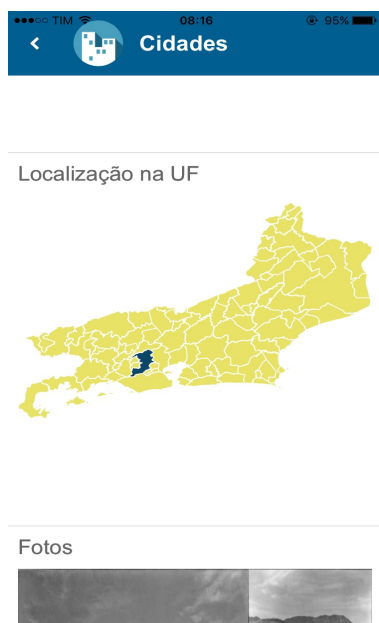
Fonte: Celular do autor do artigo.

Então, observa-se que o método realiza uma retrospectiva do que já foi aplicado e traz à tona referências para uma reflexão crítica do processo. Neste caso, o ensino de

Geografia passa a ser pensado tomando a instrumentalidade das TICs como elemento didático-metodológico.

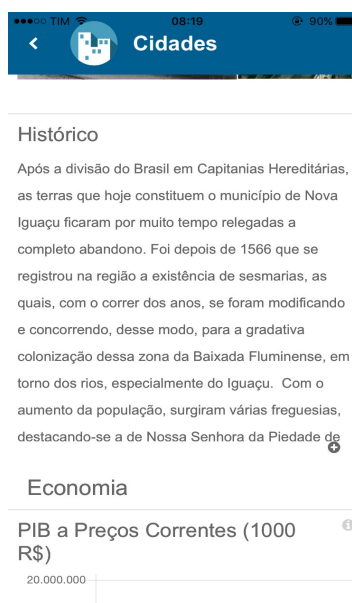
Mediante aos downloads realizados em suas residências, foram levantados os dados referentes ao município de Nova Iguaçu. Os alunos envolvidos que acessaram a plataforma traziam à sala seus aparelhos e a partir de então o estudo da realidade do seu município era conduzido pelo professor (figuras 3 e 4).

Figura 3 – Localização do município de Nova Iguaçu no aplicativo



Fonte: Celular do autor do artigo.

Figura 4 – Apresentação das informações do município de Nova Iguaçu no aplicativo



Fonte: Celular do autor do artigo.

Considerando os resultados de participação e ausência de alguns estudantes no início, por alegarem, em sala de aula o fato de não terem o aplicativo IBGE, a atividade para estes estudantes foi substituída pela apresentação do mesmo em sala no projetor ou mesmo em agrupamentos de no máximo dois estudantes. Como critérios para se medir o nível de interação, tivemos a interação entre estudantes e o conteúdo proposto, bem como diversas conversas e informações sobre o tema.

Como já exposto, aos estudantes foi solicitado o download do aplicativo IBGE para participarem de uma nova dinâmica nas aulas de Geografia. Para se ter uma quantidade viável de estudantes, contamos com a participação de 30 discentes nas duas turmas selecionadas. O envolvimento dos estudantes neste momento teve um perfil

quantitativo, mas o nível de interesse dos alunos participantes foi avaliado pelos comentários realizados. Contudo, medir tal iniciativa do ponto de vista de duas turmas, teve um caráter mais problematizador na medida em que apresenta dados incentivadores de novas tentativas no uso das TIC para o ensino e aprendizagem.

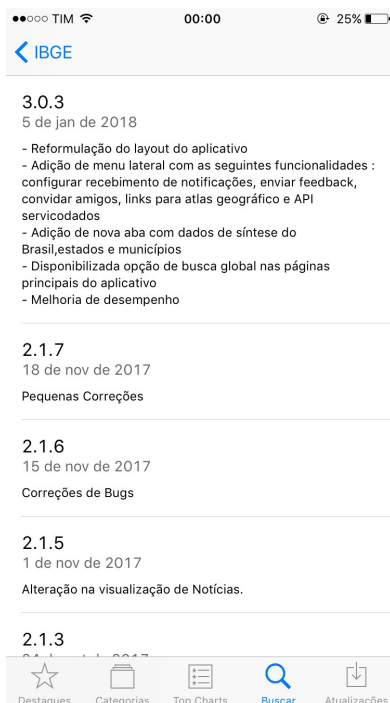
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que se buscou nesta atividade foi avaliar o nível de interação dos estudantes com o conteúdo e com outros estudantes. Isto se deu pelos comentários emitidos durante as aulas. Diante disto, a avaliação foi de caráter atitudinal, sendo realizada por meio de participação, considerando os estudantes que não tinham acesso ao recurso didático, por não possuírem equipamento como tablet ou celulares, necessários para o acesso. A internet não foi suporte necessário para a pesquisa, pois o aplicativo funciona na opção offline, armazenando as informações quando há a disponibilidade de rede, o que nesse caso acontecia na residência dos estudantes. No entanto, foi verificado antes desta atividade, por meio de pergunta informal direta às turmas, se a maioria tinha acesso à internet. Durante as aulas nas quais o recurso do aplicativo foi usado, duas participações foram bastante significativas. Quando perguntados sobre se sentiram mais motivação com a possibilidade de estudar Geografia com o aplicativo, eles apresentaram respostas diferentes, mas valorizaram a iniciativa. A estudante Carla (nome fictício) respondeu positivamente à nova experiência e Carlos (nome fictício) também demonstrou felicidade e esperança na ampliação da utilização do recurso tecnológico. Ambos ao comentarem sobre a experiência de utilizar o celular como meio de aprendizagem responderam respectivamente: “Essa forma de estudar pelo App é uma ótima ideia, pois independente de onde você estiver, nós podemos ver as informações que queremos.” (Carla). “Uma boa maneira de trazer para dentro das salas de aula, um meio de comunicação utilizado por todos. Tomara que outros professores também possam usar nas suas aulas” (Carlos). A fala dos dois estudantes demonstra otimismo e estímulo na participação da atividade, por ser um tipo de recurso tecnológico não usual para eles nas suas atividades escolares. Estas falas também identificam a facilidade no envolvimento com a discussão do conteúdo da disciplina. Destaca-se que em alguns momentos foi necessário realizar intervenções para que a aula não virasse mero entretenimento.

Lamentavelmente, fica o adendo de que o aplicativo IBGE sofreu uma atualização (figura 5) na data de 05/01/2018, apresentando assim significativa reformulação em sua

interface, já não dispondo mais de algumas informações e funcionalidades dispostas na versão anterior.

Figura 5 – Interface de atualizações



Fonte: Celular do autor do artigo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para a modalidade EJA nos remete à compreensão de que a necessidade da educação é uma realidade que se contrapõe à lógica capitalista, que gradativa e incansavelmente exclui de forma exacerbada os que permanecem também à margem dos direitos básicos assegurados na legislação vigente.

Por meio da elaboração dessa pesquisa podemos concluir que o uso dos recursos tecnológicos é importante no processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis e modalidades de educação, destacando-se nesse caso a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A inserção das TICs na EJA amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento, à cultura, ao lazer, a cidadania e, principalmente, à autonomia, que ainda é o maior desafio que as instituições enfrentam em todos os níveis e modalidades de ensino. No entanto, apesar dos benefícios que a tecnologia pode proporcionar para a formação dos alunos, é fundamental salientar a necessidade de se repensar o uso das tecnologias na

escola, que muitas podem não estar atingindo os objetivos estabelecidos pelas leis, documentos e decretos relacionados à Educação.

A escola deve ter um planejamento claro sobre as finalidades do uso dos recursos tecnológicos, inclusive estes devem ser incluídos no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Pedagógica, para que os laboratórios de informática e outros recursos possam ser utilizados pelos os alunos de todas as etapas e faixas etárias, visando a promoção de uma educação democrática e inclusiva. A escola não pode continuar estagnada a uma única concepção de ensino, já que o tempo presente é dinâmico, a sociedade se modifica e deve acompanhar essas mudanças para que continue exercendo sua finalidade social educativa. As novas tecnologias precisam estar de acordo com o projeto de trabalho da escola, pois mesmo que o futuro cada vez mais caminhe para a era virtual ou digital, o papel social da escola e a função do professor de mediar o conhecimento continuará, em consonância com as exigências da sociedade no futuro.

O trabalho trouxe aos estudantes o entendimento de utilizar o aplicativo para tratarem de conteúdos de aprendizagem propostos na exposição em sala de aula, com o dispositivo móvel ou mesmo durante o dia em uma situação de exemplo cotidiano. Na realização desta atividade estratégica de ensino, verificou-se que o nível de interação entre os estudantes aumentou rapidamente, já que logo os discentes acessavam o aplicativo e executavam as tarefas. Este recurso tecnológico possibilitou estímulo aos estudantes por acontecer em ambiente virtual, sendo também um meio de interação maior entre o professor e os estudantes. A disciplina de Geografia é um terreno fértil para essas atividades de diálogo e observação cotidiana; e se vê na interlocução virtual um espaço para a problematização dos conceitos, assim como uma comunicação mais acessível com os estudantes.

Contudo, para que as tecnologias sejam utilizadas eficazmente, é preciso haver investimento governamental na capacitação contínua dos professores com relação a essas tecnologias, sobretudo na EJA. Além do mais, é preciso reconhecer que o aluno adulto, adolescente ou idoso possui os mesmos direitos que os outros alunos dos diversos níveis e modalidades de ensino. Esse reconhecimento por parte do governo e até mesmo pelos professores já é o princípio básico para se repensar estratégias de melhoria da qualidade na Educação de Jovens e Adultos, tanto nos aspectos estruturais como nos aspectos didáticos e metodológicos, na busca de uma educação que atenda às necessidades dessa sociedade da Era da Informação.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Nayara Felix; NETO, Érica Pereira. *Celular como ferramenta de aprendizagem na EJA: análise do nível de consciência ambiental dos alunos*. Linkscienceplace - Revista Científica Interdisciplinar, v. 2, n. 4, 2015.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GODOY, Arilda S., *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*, In Revista de Administração de empresas, v 35, n. 2, mar./abr. 1995^a, p.21-25-63. Pesquisa Qualitativa - Tipos Fundamentais. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, maio-jun., p.20-29, 1995.

CARRANO, Paulo César. *Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”*. In: REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e adultos, v. 1, ago. 2007. Belo Horizonte.

DAMBROS, Gabriela; CASSOL, Roberto. *Aprendizagem Significativa em Geografia: Reflexões sobre a utilização de tecnologias da informação e comunicação no contexto escolar*. In: SEPE XV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2011.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação, n.14, 2000.

MACÊDO, Helenize Carlos; DE OLIVEIRA SILVA, Robson; DE MELO, Josandra Araújo Barreto. *Oficina Pedagógica: uso de Geotecnologias no ensino de Geografia e as transformações na sociedade e reflexos na escola*. Geografia, v. 21, n. 2, p. 137-149, 2012.

OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves. *Desafios frente ao processo de juvenilização na Educação de Jovens e Adultos: análise no município de Duque de Caxias*. 3º Congresso Nacional de Educação, 2016.

SOARES, Sandramara S. Kusano de Paula; REICH, Silvia Teresa Sparano. *O material didático da educação a distância*. In: SERRA, Antonio Roberto Coelho; RAMOS E SILVA, João Augusto (Orgs). Por uma educação sem distância: recortes da realidade brasileira. São Luís: EDUEMA, 2008.

VENTURA, Jaqueline P. *Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos*. EJA trabalhadores, Rio de Janeiro, 2001.